

## A CHANCE DO RIO

*Maria Alice Rezende de Carvalho<sup>1</sup>*

O debate sobre a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, cujo projeto se intitula “Porto Maravilha”, foi aquecido nas duas últimas semanas. Aguardando votação em regime de urgência na Câmara de Vereadores, teve seu curso atravessado pela notícia de que a cidade do Rio de Janeiro sediará a Olimpíada de 2016. Desde então, o que parecia ser uma “carteira” de projetos urbanísticos autônomos – o porto, a vila olímpica etc – conheceu uma possibilidade real de tratamento conjunto.

Desejada, talvez, por muitos, tal convergência foi formulada, primeiro, pelo arquiteto Sérgio Magalhães, em artigo publicado em O Globo, com notável repercussão. Nesse artigo, Sérgio Magalhães defendeu a possibilidade de uma revisão do projeto da Vila Olímpica, que, a permanecer como está, isolará atletas e equipamentos na Barra da Tijuca e, após o evento, não terá produzido nenhum efeito regenerador sobre a estrutura e o funcionamento da cidade. Sua sugestão é a de trazer a vila para o porto, a fim de que, com menos custos, o Rio de Janeiro adquira chances reais de ver a obra concluída e servindo à melhoria das condições de vida do cidadão comum. Agora e no futuro.

O tema é relevante e põe em destaque a oportunidade de uma discussão sobre o Rio de Janeiro. Não apenas sobre os preparativos da cidade para a Olimpíada ou sobre o embelezamento do porto, segundo o receituário internacional para inscrição do Rio no rol das seletas “cidades globais”. Mas uma discussão sobre a cidade que “queremos”, isto é, uma idéia de cidade que traduza um novo **pacto urbano** – mais democrático, mais justo, mais livre, mais feliz. Para isso, a recente querela indicou que há dimensões distintas do debate a serem necessariamente observadas.

A primeira dimensão presente no debate é urbanística. Há, como tem ficado claro, divergências em relação ao projeto de reurbanização da região portuária apresentado pela Prefeitura, pois tal projeto não parece contemplar o que seria essencial à cidade: o respeito à paisagem do *core* histórico do Rio de Janeiro, ao patrimônio ali construído e, por conseguinte, à identidade da cidade, aos seus lugares de auto-reconhecimento. Além disso, o “Porto Maravilha”, concebido no âmbito de um

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Sociologia da PUC-Rio, membro da coordenação do Centro de Estudos Direito e Sociedade, atualmente preside a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), biênio 2009-2010.

plano de requalificação do Rio de Janeiro e do Brasil no fluxo internacional de pessoas e negócios, está longe de conferir relevo à redenção sócio-econômica que poderia advir de uma intervenção urbanística que devolvesse à Baía de Guanabara sua **centralidade metropolitana**.

Segundo o Prefeito Eduardo Paes, o projeto “Porto Maravilha” visa a estruturar as atividades portuárias, importantes para a economia da cidade, do estado e do próprio país, além de fazer de uma área degradada da cidade mais uma opção segura e confortável para o turismo e o lazer. Para tanto estão previstas (1) obras de infraestrutura, tais como a reurbanização da Praça Mauá (“*com a construção de uma garagem subterrânea com capacidade para mil veículos*”), das principais vias do entorno, do Morro da Conceição e do píer; (2) obras de habitação, com a criação de 499 residências mediante a recuperação de imóveis antigos na região portuária, através do programa “Novas Alternativas”; e (3) obras para fixação de pontos de cultura e entretenimento, como a implantação de uma pinacoteca no edifício D. João VI e a criação do Museu do Amanhã nos armazéns 5 e 6 do cais.

Contudo, nenhuma dessas prioridades foi discutida com a sociedade carioca, nem mesmo com os moradores da região, que se espalham não apenas pelo Morro da Conceição – sem dúvida a área de maior apelo turístico – mas também pela Saúde e Gamboa e, internamente, Caju, Mangue e São Cristóvão. É, em suma, um mega-emprego, que confere ao Rio uma excelente oportunidade de reversão da decadência ambiental, social e econômica do centro até a zona norte, podendo repercutir positivamente nos municípios, por exemplo, de Duque de Caxias e São Gonçalo, mais imediatamente tocados pela baía. Contudo, nada disso ocorrerá se a Prefeitura se fechar à opinião da cidadania carioca e executar um projeto para “inglês ver”.

Essa observação põe em relevo a dimensão política do debate. É evidente que uma transformação urbana desse porte somente pode ser imposta à sociedade local porque ao longo das últimas duas décadas, passado o rápido empuxo associativo que parecia renascer com a democratização do país, a cidade do Rio de Janeiro veio sendo esvaziada politicamente. Apática, incapaz de se assenhorar dos temas da cidade, distante da vida associativa e dos seus representantes políticos, a cidade desaprendeu o sentido positivo da controvérsia. Falta-lhe imaginação, falta-lhe disposição para sonhar com uma nova realidade. As últimas eleições municipais revelam essa deserção – não houve um só tema realmente **urbano** no pacote de demandas dos

munícipes. Recita-se monocórdiaamente o “*saúde, educação e segurança*”, enquanto alguns temas, como o transporte de massa, que poderiam melhorar as condições de vida do trabalhador e, no limite, reinventar a sociabilidade carioca, não são lembrados, não são exigidos, com a devida ênfase, dos candidatos.

Assim, além de estarmos diante de uma oportunidade rara de correção dos erros urbanísticos cometidos no Rio de Janeiro nos últimos 50 anos, como aquele que pretendeu transferir para a Barra da Tijuca a centralidade metropolitana, estamos também diante de uma chance única de restauração da vitalidade política do Rio de Janeiro, cuja crise mais profunda, excetuando-se o contexto da ditadura militar, se arrasta nas duas últimas décadas. Para isso é preciso que os vereadores comprometidos, de fato, com a causa da cidade constituam uma frente pluripartidária de defesa do Rio.

Defender o Rio não significa, é claro, agarrar-se a ele, tal como existe hoje. Significa, antes, procurar realizar mudanças pactuadas, perfeitamente entendidas e aprovadas pela população na sua materialidade e nas suas virtualidades. Significa, portanto, estimular a reabilitação política da sociedade carioca, incitando-a à participação. Nesse caso, dar por perdida a possibilidade de transferência da Vila Olímpica para a região portuária, como tem ocorrido mesmo entre os nossos vereadores mais combativos, significa abdicar de uma luta justa, em nome da fidelidade a um projeto que não foi concebido, discutido ou aprovado pelo conjunto dos cidadãos cariocas.

Por fim, liderar a cidadania na direção de um reencontro com a sua história, com as vocações e a paisagem do Rio, implica conferir-lhe informações e conhecimento para uma participação mais qualificada no debate. E essa, uma outra dimensão relevante, quando se pensa em ampliar democraticamente o círculo de atores envolvidos nas deliberações sobre as mudanças em curso. Afinal, uma das conseqüências do silêncio sobre a agenda eminentemente urbana nas eleições municipais foi a deseducação da população para lidar com as questões do seu cotidiano. Expressões como “intervenção urbana consorciada”, por exemplo, ou “IPTU progressivo”, de uso corrente por administradores ou jornalistas, nem de longe participam do repertório do cidadão comum. E essa educação para a vida urbana é tarefa política, sem o que o Rio de Janeiro perderá a chance de se tornar, finalmente, um lugar comum.